

FACULDADES INTEGRADAS DE TAGUAÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

APARECIDA DINEIA CORREIA

ACESSIBILIDADE NA TEORIA E NA PRÁTICA

TAGUAÍ – SP
2024

APARECIDA DINEIA CORREIA

ACESSIBILIDADE NA TEORIA E A REALIDADE NA PRÁTICA

Trabalho de Conclusão de curso apresentado no curso de Graduação em Pedagogia nas Faculdades Integradas de Taguaí.

Orientador: Prof. Me. José Dienison de Chechi.

TAGUAÍ – SP

2024

APARECIDA DINEIA CORREIA

ACESSIBILIDADE NA TEORIA E A REALIDADE NA PRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo professor Me. José Dienison de Chechi, apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia das Faculdades Integradas de Taguaí, como requisito para obtenção do grau de graduado em Pedagogia.

APROVADO EM: 17 / 12 / 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. José Dienison de Chechi

Prof. Esp. Adriele de Oliveira Martins Pereira

Prof^a. Telma Cristina Ciano da Silva Ferri

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Em primeiro lugar, a **Deus**, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos **familiares**, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos **amigos**, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Aos **professores**, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

A **todos** aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho, que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Às **pessoas** com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

Aos meus **colegas de curso**, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formanda.

Aos meus **colegas de turma**, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Paulo Freire

RESUMO

A promoção da acessibilidade à população é um dos principais pilares da educação contemporânea. Nesse contexto, o papel do poder público se torna crucial, pois é através de suas práticas políticas que ocorre o estímulo e o desenvolvimento da acessibilidade nas instituições de ensino e nos estabelecimentos públicos e privados. A acessibilidade, nesse contexto, refere-se à capacidade das pessoas terem acesso ao uso dos estabelecimentos, tornando-se cada vez mais independente na busca pela igualdade de direitos. Este trabalho tem como objetivo analisar a acessibilidade, buscando compreender o que está na teoria e o que vem sendo realizado na prática, observando os desafios e impactos no processo de evolução desta conquista para as pessoas que necessitam dessas adequações. Para isso, serão exploradas diferentes abordagens, levando em consideração estudos que destacam a importância desse serviço para o desenvolvimento integral dos cidadãos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Direitos. Políticas. Prática. Teoria.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta o tema da acessibilidade e sua importância na sociedade atual, destacando a relevância de discutir o conceito teórico e sua aplicação prática.

Aborda a necessidade de promover ambientes acessíveis para garantir a inclusão e participação de todas as pessoas, independentemente de suas limitações. O objetivo é estabelecer uma base sólida para a compreensão da acessibilidade em seus desafios.

No Brasil, a acessibilidade, reside na garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, assegurando sua participação ativa na sociedade e o pleno exercício da cidadania. Além disso, a acessibilidade é um importante fator para o desenvolvimento social e econômico do país, visto que a inclusão de pessoas com deficiência contribui para a diversidade e o enriquecimento das organizações e da comunidade como um todo. Nesse sentido, a promoção da acessibilidade é essencial para construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham a oportunidade de viver com dignidade e autonomia.

“O discurso da inclusão apareceu relativamente cedo no Brasil (anos 1960/70), mas, como aponta Castro (1997), apenas na década de 1980 é que começou a proliferar, quando foi criado, em 1986, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)”. (Tessaro, 2005, p. 43).

O trabalho apresenta assim, um contexto social, político e econômico que envolve a acessibilidade, destacando as barreiras existentes e a importância de superá-las. Abordamos também a legislação sobre as deficiências, assim como as dificuldades enfrentadas no acesso à espaços públicos, transporte, educação, trabalho e demais áreas. O objetivo é evidenciar a relevância de debater e implementar práticas acessíveis, na sociedade.

Se a educação é direito de todos, nesse “todos” está incluída a pessoa com deficiência; se é dever do Estado, deve este promovê-la, de modo que todos tenham acesso à educação (educação inclusiva); se a escola é o “espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o

desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento histórico produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania”, deve essa escola estar adaptada e equipada com recursos arquitetônicos, humanos e pedagógicos para receber todas as pessoas que compõem a diversidade dessa sociedade (CASTRO, 2018 apud SANTOS, 2019, p. 82).

Desta forma os objetivos deste trabalho incluem analisar o conceito de acessibilidade na teoria e sua aplicação na prática, identificar as barreiras existentes, discutir a legislação vigente e apresentar tecnologias assistivas. Além disso, pretende-se destacar os desafios enfrentados na promoção da acessibilidade e apresentar boas práticas e exemplos de sucesso. O trabalho visa contribuir para a conscientização e promoção de ambientes acessíveis para todos, iniciando pelo conhecimento do conceito de acessibilidade e a legislação vigente, como veremos a seguir.

2. CONCEITO DE ACESSIBILIDADE E LEGISLAÇÃO VIGENTE

2.1. Conceito de acessibilidade

O conceito de acessibilidade refere-se à possibilidade de qualquer pessoa, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou motoras, poder utilizar e ter acesso a um ambiente, serviço ou produto. A acessibilidade visa garantir a igualdade de oportunidades e a inclusão social, permitindo a participação plena e efetiva de todos. Este conceito não se restringe apenas ao aspecto físico, mas abrange também a questão da comunicação, das atitudes e do uso de tecnologias assistivas. (BRASIL, 1998).

A definição de acessibilidade tem evoluído ao longo do tempo, inicialmente associada principalmente à questão arquitetônica e de mobilidade. No entanto, com o avanço das discussões sobre inclusão, o conceito ampliou-se para abranger também a acessibilidade digital, comunicacional e atitudinal. A evolução do conceito reflete a crescente conscientização sobre a importância de eliminar barreiras e promover a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas diferenças. (BRASIL, 2015).

A importância da acessibilidade reside no fato de que a inclusão de todas as pessoas na sociedade é um princípio fundamental para a construção de uma comunidade mais justa e igualitária. Além disso, a acessibilidade também representa um aspecto relevante para o desenvolvimento social e econômico, uma vez que amplia o alcance de produtos, serviços e espaços para um público diversificado. As garantias de acessibilidade contribuem para a promoção da igualdade de oportunidades e para a valorização da diversidade humana.

2.2. Legislação sobre acessibilidade e conceito de barreiras

A legislação sobre acessibilidade no Brasil está prevista na Constituição Federal de 1988, que estabelece a garantia de igualdade de oportunidades para todos, incluindo as pessoas com deficiência.

Nesse sentido a Constituição Federal de 1988, assegura o direito a acessibilidade afirmando em seus Art.227, §2º e 244 do referido dispositivo que:

Art.227 § 2º. A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. Art.244.A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, §2º.(BRASIL, 1988)

Além disso, foi promulgada a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que dispõe sobre diversos aspectos relacionados à acessibilidade e inclusão.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

Outras normas vigentes incluem as diretrizes da ABNT¹, que tratam das especificações técnicas para a promoção da acessibilidade em diferentes ambientes e situações.

Dentre as normas e leis vigentes relacionadas à acessibilidade, destaca-se a NBR 9050², que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem seguidos na promoção da acessibilidade em edificações, espaços urbanos, mobiliário e equipamentos urbanos.

Além disso, a NBR 16537³ aborda os requisitos técnicos para a promoção da acessibilidade na comunicação, contemplando aspectos relacionados à linguagem inclusiva, sinalização acessível e tecnologias assistivas. É importante ressaltar que o cumprimento das normas e leis vigentes é fundamental para garantir a efetiva

¹ A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Foro Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas pelas partes interessadas no tema objeto da normalização.

² Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações quanto às condições de acessibilidade.

³ Norma de Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação.

acessibilidade na prática, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

As barreiras para a acessibilidade podem ser de diferentes tipos, incluindo físicas, atitudinais, comunicacionais e tecnológicas. Essas barreiras prejudicam o acesso de pessoas com deficiência a diferentes espaços, serviços e informações, dificultando sua participação plena na sociedade. Identificar e superar essas barreiras é fundamental para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos. (CAVALCANTE, 2022).

A Lei 13.146/15 em seu art. 3º, inciso IV classifica “barreiras” como:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

2.2.1.Barreiras Físicas

As barreiras físicas para a acessibilidade referem-se a obstáculos tangíveis, como escadas sem rampas, portas estreitas, falta de corrimãos e ausência de sinalização tátil para pessoas cegas ou com baixa visão. Essas barreiras dificultam a locomoção e o acesso a diferentes ambientes, excluindo pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência física. (BRASIL, 2015)

2.2.2.Barreiras Atitudinais

As barreiras atitudinais para a acessibilidade envolvem preconceitos, estereótipos e discriminação baseados na deficiência. Atitudes negativas e falta de sensibilidade em relação às necessidades e capacidades das pessoas com deficiência resultam em exclusão social e oportunidades limitadas, dificultando a plena participação dessas pessoas na comunidade. (BRASIL, 2015)

2.2.3.Barreiras Comunicacionais

As barreiras comunicacionais para a acessibilidade estão relacionadas à falta de disponibilidade de informações em formatos acessíveis, como Libras (Língua Brasileira de Sinais) ou audiodescrição para pessoas surdas ou cegas. Falta de comunicação eficaz e inclusiva impede a compreensão e o acesso equitativo a informações essenciais. (BRASIL, 2015)

2.2.4.Barreiras Tecnológicas

As barreiras tecnológicas para a acessibilidade referem-se à falta de adaptações e recursos tecnológicos acessíveis em dispositivos, aplicativos e plataformas digitais. Isso dificulta a navegação e a utilização de tecnologias por pessoas com deficiência, limitando seu acesso à educação, emprego e outros serviços digitais. (BRASIL, 2015)

2.2.5.Barreiras Tecnologias assistivas

As tecnologias assistivas são recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência. Elas incluem diversos produtos, equipamentos, dispositivos, sistemas e serviços especializados, como por exemplo: bengalas e bengalas eletrônicas para auxiliar pessoas com deficiência visual, softwares de reconhecimento de voz para pessoas com deficiência motora, audiobooks e telas em braille para pessoas com deficiência auditiva, entre outros. Essas tecnologias são fundamentais para promover a autonomia e a inclusão social das

peessoas com deficiência, facilitando seu acesso a informações, comunicação, educação, trabalho e lazer. (BRASIL, 2015)

2.2.5.1. Definição e exemplos

As tecnologias assistivas referem-se a qualquer item, peça de equipamento ou sistema que seja utilizado para aumentar, manter ou melhorar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência. Isso pode incluir desde tecnologias simples, como óculos e lupa para pessoas com baixa visão, até dispositivos mais complexos, como próteses e sistemas de comunicação alternativa e aumentativa para pessoas com dificuldades de fala. Exemplos de tecnologias assistivas incluem também cadeiras de rodas motorizadas, sistemas de GPS adaptados para pessoas com deficiência intelectual, softwares de leitura de tela para pessoas com cegueira e muito mais. Essas tecnologias desempenham um papel fundamental na garantia da acessibilidade na prática, facilitando a vida diária e promovendo a inclusão social das pessoas com deficiência. (CAVALCANTE, 2022)

Conhecendo a acessibilidade teórica, presente na legislação e compreendendo os conceitos de barreiras no que se refere a acessibilidade, veremos a seguir o pontos positivos e negativos colocados em prática.

3. ACESSIBILIDADE NA PRÁTICA, PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

3.1. Acessibilidade na prática

A acessibilidade na prática envolve a aplicação efetiva dos conceitos e diretrizes de acessibilidade em ambientes, produtos e serviços. É fundamental enfrentar os desafios encontrados na implementação, considerando as diversas barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais e tecnológicas. Além disso, a acessibilidade na prática requer a utilização de tecnologias assistivas e a adesão às legislações vigentes, a fim de garantir a efetiva inclusão de todas as pessoas.

3.2. Desafios enfrentados

Os desafios enfrentados na acessibilidade na prática são diversos e incluem a falta de infraestrutura adequada, a resistência de alguns setores da sociedade, a inadequação de produtos e serviços, a escassez de recursos financeiros, entre outros. A superação desses desafios exige o envolvimento de governos, empresas, arquitetos, designers, além da conscientização da população sobre a importância da acessibilidade para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

3.3. Boas práticas e exemplos de sucesso

Apesar dos desafios, existem diversas boas práticas e exemplos de sucesso na promoção da acessibilidade na prática. Projetos arquitetônicos acessíveis, produtos e serviços inovadores, campanhas de conscientização, políticas públicas inclusivas e parcerias entre setores têm contribuído significativamente para a efetiva implementação da acessibilidade. Identificar e disseminar essas boas práticas e exemplos é fundamental para inspirar e incentivar a adoção de medidas que promovam a inclusão de todas as pessoas.

3.4. Deficiências

3.4.1. Edificações públicas e privadas

As edificações públicas e privadas no Brasil frequentemente não atendem aos requisitos de acessibilidade, o que cria barreiras para a participação plena de pessoas com deficiência na sociedade. A ausência de rampas de acesso, elevadores adaptados, portas largas e banheiros acessíveis são exemplos de problemas comuns. A falta de fiscalização e punições efetivas para o descumprimento das normas contribui para a persistência desse cenário desfavorável. (HENRIQUES, 2012)

3.4.2.Espaços urbanos

Os espaços urbanos no Brasil ainda carecem de adequações para garantir a acessibilidade de forma abrangente. Calçadas mal conservadas, ausência de sinalização tátil, falta de rampas nas esquinas e transporte público inacessível são desafios enfrentados diariamente por pessoas com deficiência. A necessidade de intervenções efetivas e planejamento urbano inclusivo se faz imperativa para transformar as cidades em ambientes acessíveis a todos. (HENRIQUES, 2012)

3.4.3.Transportes públicos

O transporte público no Brasil ainda enfrenta desafios significativos em termos de acessibilidade, com a falta de rampas, elevadores, sinalização adequada e treinamento para funcionários lidarem com passageiros com deficiência. Além disso, a superlotação e a falta de manutenção dos veículos dificultam ainda mais a locomoção para pessoas com mobilidade reduzida, tornando essencial a implementação e fiscalização de políticas que visem a inclusão total no sistema de transporte. (HENRIQUES, 2012)

3.4.4. Acessibilidade cultural e lazer

A acessibilidade cultural e de lazer no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, com muitos museus, teatros e espaços de eventos não sendo adaptados para atender pessoas com deficiência. Isso limita o acesso de muitos brasileiros a experiências culturais e de entretenimento. A falta de estrutura inclusiva impede a participação plena e igualitária de todos na sociedade, sendo necessário investimento e políticas públicas para promover a acessibilidade em todo o país. (HENRIQUES, 2012)

3.4.5. Legislação e políticas públicas

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. (BRASIL, 1999, p.33).

Apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas, a falta de conscientização ainda é um grande desafio para a acessibilidade no Brasil. Muitas pessoas ainda não compreendem a importância da inclusão de pessoas com deficiência e acabam não se engajando efetivamente nessa causa, dificultando a implementação de medidas acessíveis em diversos setores da sociedade.

3.4.6. Conscientização e necessidades às pessoas com deficiência

A conduta do professor em relação aluno será determinante para o auto-conceito da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo, dependem, em grande parte, dos componentes que percebe que o professor mantém em relação a ela. Uma atitude continuada e consistente de alta expectativa sobre o êxito de um aluno potencializa sua confiança em si mesmo, reduz a ansiedade diante do fracasso e facilita resultados acadêmicos positivos. (CUBERO e MORENO, 1995, p.255).

A falta de conscientização sobre as necessidades das pessoas com deficiência é um dos principais obstáculos para a promoção da acessibilidade na educação brasileira. Muitas vezes, atitudes discriminatórias e a falta de empatia impedem a efetiva inclusão dessas pessoas na sociedade. É fundamental que haja um trabalho contínuo de educação e conscientização, tanto nas escolas quanto nos espaços públicos e privados, para que a acessibilidade seja verdadeiramente priorizada e valorizada. (CUBERO, 1995).

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, podemos concluir que a acessibilidade, tanto na teoria quanto na prática, é um tema complexo e multifacetado, envolvendo questões legislativas, barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais e tecnológicas, bem como a importância das tecnologias assistivas. Além disso, os desafios enfrentados na implementação da acessibilidade revelam a necessidade de boas práticas e exemplos de sucesso. A reflexão sobre os estudos de caso analisados também contribui para o aprofundamento do tema e para a busca de soluções efetivas.

Ao longo deste trabalho, abordamos o conceito de acessibilidade, sua evolução e importância, assim como a legislação vigente e as diferentes barreiras enfrentadas. Além disso, exploramos as tecnologias assistivas e os desafios e boas práticas na implementação da acessibilidade. É fundamental ressaltar a complexidade do tema e a necessidade de aprimorar as soluções existentes, visando promover a plena inclusão e participação de todas as pessoas na sociedade.

Além disso, a colaboração entre diferentes setores da sociedade, incluindo o público, o privado e o terceiro setor, pode contribuir significativamente para a promoção da acessibilidade. É fundamental manter um olhar crítico e proativo, buscando constantemente aprimorar as práticas e superar as barreiras existentes.

No contexto da acessibilidade na educação, as perspectivas futuras incluem a busca por soluções inovadoras que possam promover a inclusão de forma eficaz e abrangente. Isso envolve a criação de políticas públicas mais efetivas, o desenvolvimento de tecnologias acessíveis e a promoção de uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Além disso, a formação continuada de profissionais da educação e a ampliação do acesso a recursos financeiros são aspectos fundamentais para que as perspectivas futuras de fato se concretizem.

Após a identificação das adaptações a serem implementadas, deverão ser planejadas e levadas a efeito com a participação do coletivo envolvido no contexto escolar, para que o educando deficiente tenha assegurado seus direitos à educação e à cidadania. (HENRIQUES, 2012)

Assim, é possível concluir que a acessibilidade geral e na educação é um tema complexo que demanda ações integradas e contínuas. A legislação brasileira estabelece

diretrizes importantes, mas é necessário um esforço conjunto para garantir a efetiva implementação dessas políticas. As tecnologias assistivas e as adaptações curriculares são fundamentais para promover a inclusão de pessoas com deficiência, e a formação de professores é o pilar para que tais práticas sejam efetivadas. Apesar dos desafios e barreiras, as perspectivas futuras indicam avanços significativos, especialmente com o potencial das inovações tecnológicas. A busca por uma educação verdadeiramente acessível requer o engajamento de todos os atores envolvidos, visando à garantia do direito à educação para todos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 abr.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial**, 1998.

CUBERO, R.; MORENO, M. **Relações sociais nos anos escolares; família, escola, companheiros**. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

HENRIQUES, R. M. **O Currículo Adaptado na Inclusão de Deficiente Intelectual**. 2012. www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos-489-4.pdf - acessado em 07 de Agosto de 2024.

HSM Cavalcante, JPG de Almeida. **A atualidade da Pedagogia Freiriana: com a palavra, educadoras**. Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil, 2022.

Freire, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, 1996.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 01 abr. 2024.

TESSARO, N.S. **Inclusão Escolar Concepções de Professores e Alunos da Educação Regular e Especial.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SANTOS, Ediana di Franncos Matos Silva. **Acesso à Justiça para garantia ao Direito à Educação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo: uma proposta educacional inclusiva.** 2019. 125f. Tese (Doutorado em Função Social do Direito – Faculdade Autônoma de Direito, São Paulo, 2019).